

ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro - AMVAP SAÚDE, CNPJ nº 18.151.467/0001-06, com sede na Avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia - MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), agente político, residente e domiciliado em _____ - MG; e a pessoa jurídica _____, CNPJ nº _____, situada na _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, resolvem firmar o presente Contrato, em conformidade com o **Processo Licitatório nº xx/2026 – Pregão Eletrônico nº xx/2026**, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

1.1. Aquisição de lavadora ultrassônica 20 litros, destinada à limpeza automatizada de instrumentais médicos destinada a área da saúde, especialmente pinças, em conformidade com a RDC nº 15/2012 da ANVISA, para atender às necessidades do Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE, visando garantir segurança, padronização e qualidade no processamento dos materiais, conforme as especificações e quantidades a seguir mencionadas:

LOTE ÚNICO					
Item	Qtd.	Cód.	Unid.	Descrição	Valor Unit.
X	X	X	X	X	X

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:

2.1.1. A contratação deverá ser realizada com empresa especializada no fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, devidamente constituída, com atuação comprovada no mercado e autorizada pelos órgãos reguladores competentes, em conformidade com a legislação vigente.

2.1.2. O equipamento ofertado deverá possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, atendendo integralmente às normas sanitárias, técnicas e regulatórias aplicáveis à fabricação, comercialização e utilização de equipamentos médicos.

2.1.3. O equipamento, componentes, acessórios e periféricos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica, sem qualquer indício de recondicionamento, remanufatura ou reutilização, e plenamente compatíveis entre si, garantindo o funcionamento do sistema como um conjunto integrado.

2.2. Requisitos Técnicos e Funcionais

2.2.1. A lavadora ultrassônica deverá atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo eficiência na remoção de sujidades, padronização do processo de limpeza e conformidade com a **RDC nº 15/2012 da ANVISA**.

2.2.2. O equipamento deverá ser fornecido completo, incluindo todos os componentes, acessórios, cestos, suportes, cabos e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento, não sendo admitida a necessidade de aquisições adicionais para sua utilização regular.

2.2.3. A lavadora ultrassônica deverá apresentar compatibilidade entre seus componentes e funcionalidades, assegurando desempenho adequado, segurança operacional e integridade dos instrumentais médicos processados, especialmente pinças e materiais delicados.

2.2.4. O equipamento deverá possuir, quando aplicável, recursos de controle, temporização e registro de ciclos de limpeza, possibilitando rastreabilidade, padronização dos processos e adequada utilização conforme as normas sanitárias vigentes.

2.3. Requisitos de Entrega, Instalação e Aplicação

2.3.1. A contratada deverá realizar a entrega, instalação e configuração completa do equipamento nas dependências do AMVAP SAÚDE.

- a) A instalação deverá ocorrer de segunda a sexta, das 07:30h às 17:00h;
- b) Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia – MG, prédio verde aos fundos, no CEM (Centro de Especialidades Médicas) do AMVAP SAÚDE.

2.3.2. O prazo de entrega deverá respeitar os seguintes limites:

a) O prazo máximo para entrega e instalação será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, sendo todos os custos de transporte, frete, descarga e instalação de responsabilidade da CONTRATADA.

2.3.3. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado da respectiva nota fiscal, contendo, no mínimo: descrição completa, marca, modelo, fabricante e número de registro ou cadastro na ANVISA, quando aplicável.

2.3.4. A CONTRATADA deverá realizar testes operacionais, comprovando o pleno funcionamento do equipamento antes da aceitação pela Administração.

2.3.5. Após a entrega e instalação, será realizada fiscalização administrativa do fornecimento, com base:

- a) na conferência do quantitativo entregue;
- b) na verificação da conformidade com o descritivo dos itens constantes neste Termo de Referência;
- c) na análise da documentação técnica, manuais, registros e certificados apresentados;
- d) na realização de testes operacionais básicos, conduzidos com o apoio da CONTRATADA.

2.3.6. Estando o fornecimento em conformidade com este Termo de Referência, será emitido o recebimento definitivo, iniciando-se a contagem do prazo de garantia contratual.

2.5. Requisitos de Garantia

2.5.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando seu pleno funcionamento.

2.5.2. Durante o período de garantia:

a) a contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela correção de vícios, defeitos ou falhas, sem qualquer ônus adicional ao AMVAP SAÚDE.

2.5.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Anexo II- Termo de Referência, que faz parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

3.1. Das Responsabilidades do Contratado:

3.1.1. A contratada será responsável por todos os danos causados ao AMVAP SAÚDE ou a terceiros, decorrentes de falha, erro ou má execução do fornecimento, instalação ou suporte do equipamento.

3.1.2. Executar o objeto desse com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo AMVAP SAÚDE.

3.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

3.1.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descritivo completo, marca, fabricante, manual, e demais informações pertinentes ao equipamento.

3.1.5. Comunicar ao AMVAP SAÚDE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega e/ou instalação do equipamento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo estabelecido, mediante apresentação de justificativa devidamente comprovada.

3.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

3.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação expedida pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao AMVAP SAÚDE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

3.1.11. Paralisar, por determinação do AMVAP SAÚDE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

3.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

3.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas estabelecidas pelo AMVAP SAÚDE.

3.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamento e demais insumos demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

3.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

3.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente.

3.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

3.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.1.21. Efetuar a entrega dos bens/serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações deste instrumento, acompanhados das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas.

3.2. Das Responsabilidades do AMVAP SAÚDE

3.2.1. Além das obrigações contratualmente assumidas, obriga-se a:

3.2.1.1. Além das obrigações legalmente previstas, compete ao CONSÓRCIO AMVAP SAÚDE, na condição de CONTRATANTE:

3.2.1.1.1. Fiscalização e gestão contratual

- a) Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do contrato em todas as suas fases, incluindo o fornecimento, entrega, instalação, testes operacionais, treinamento, assistência técnica e funcionamento do equipamento de ultrassom, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e do contrato;
- b) Designar formalmente gestor(es) e fiscal(is) do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução contratual;
- c) Realizar a fiscalização administrativa e técnica do fornecimento, com base no descritivo do item, na documentação apresentada, nos testes de funcionamento e na verificação do uso em condições normais, podendo contar com o apoio técnico da CONTRATADA quando necessário.

3.2.1.1.2. Suporte à execução do objeto

- a) Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações necessárias ao correto cumprimento do objeto, especialmente quanto ao local de entrega, instalação, infraestrutura existente e condições de acesso às dependências do AMVAP SAÚDE.
- b) Permitir o acesso dos representantes, técnicos e prepostos da CONTRATADA às dependências do AMVAP SAÚDE, quando indispensável à execução do objeto, observadas as normas internas de funcionamento, segurança e controle de acesso.

3.2.1.1.3. Controle de conformidade e correções

- a) Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer irregularidades, falhas, vícios, defeitos, desconformidades técnicas ou funcionais identificadas na execução do contrato, fixando prazo razoável para correção, substituição, reparo ou adequação;
- b) Recusar, no todo ou em parte, o fornecimento, serviço ou equipamento que não esteja em conformidade com as especificações técnicas, quantitativas ou funcionais previstas neste Termo de Referência, exigindo a correção ou substituição, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.2.1.1.4. Exigência do cumprimento contratual

- a) Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, seus anexos e a legislação aplicável;
- b) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e do contrato.

3.2.1.1.5. Recebimento do objeto

a) Receber o objeto contratado, provisória e definitivamente, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, após verificação da conformidade com as especificações técnicas e funcionais.

3.2.1.1.6. Pagamentos

a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, prazos e condições estabelecidos no contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável, após o cumprimento das obrigações contratuais.

3.2.1.1.7. Comunicação e decisões administrativas

a) Prestar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários, estritamente relacionados à execução do objeto contratado;

b) Decidir expressamente sobre todas as solicitações, requerimentos e reclamações relacionadas à execução do contrato, excetuados os pedidos manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2. Responsabilidade por atos do contratado

O AMVAP SAÚDE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, sendo tais responsabilidades de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS

4.1. O valor global da presente aquisição é de R\$ _____, ____ (_____), considerando o quantitativo e preço unitário constante da Cláusula Primeira.

4.2. Os preços são aqueles consignados na sessão e devidamente consignados na Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida.

5.2. Em caso de atraso no envio do faturamento, o contratado deverá comunicar previamente a Contratante, a fim de confirmar o envio.

5.3. Do recebimento:

5.3.1. O equipamento será recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, pelo fiscal do contrato, mediante termo de recebimento, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.3.2. O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.4. Após análise do relatório e conferência das informações, o Fiscal do Contrato, deverá emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento do equipamento, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

5.3.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.3.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4. Do prazo e forma de pagamento:

5.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, obedecida a ordem cronológica de pagamentos.

5.4.2. No caso de atraso pelo AMVAP SAÚDE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação do índice do IPCA-E de correção monetária.

5.4.3. O pagamento será realizado através de **ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.**

5.4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5. Antecipação de pagamento

5.5.1. A presente contratação não admitirá a antecipação de pagamento.

CLAUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. As condições de gestão e fiscalização do contrato estão dispostas no item 6 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, que faz parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLAUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Na hipótese da cláusula anterior, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

7.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

7.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.5.3. Indenizações e multas.

7.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário à execução integral do objeto, incluindo o fornecimento, transporte, entrega, instalação e o período de garantia contratual.

8.2. O prazo de execução do objeto (entrega, instalação e pleno funcionamento do sistema) observará os limites estabelecidos no Termo de Referência, sendo que o período de garantia terá início a partir do recebimento definitivo do equipamento.

8.3. A vigência contratual estende-se durante todo o período de garantia, tendo em vista a necessidade de assegurar o pleno funcionamento do equipamento fornecido.

8.4. A eventual conclusão antecipada da etapa de entrega e instalação não encerra a vigência contratual, permanecendo o contrato em vigor para fins de cumprimento das obrigações de garantia assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução desse contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CONTRATANTE para o exercício de 2026 e cuja classificação funcional programática e da despesa constarão nas respectivas notas de empenho, sendo:

- 10.010.10.302.1007.7005.4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.2. Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas definidas nos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

10.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 10.1 e seus subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao contratado que cometer as infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio AMVAP-SAÚDE, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1, que justifiquem a imposição de

penalidade mais grave que a sanção prevista, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.2.3. A penalidade de multa será aplicada considerando os seguintes parâmetros:

- a) Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- b) multa compensatória limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no item 10.1, devendo ser utilizado os parâmetros do item 10.2 para a determinação do limite.
- c) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao credenciado que retardar o procedimento de contratação ou praticar quaisquer das situações dispostas no art. 10 da Resolução nº 07/2024.
- d) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o consórcio;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.1.

10.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao consórcio resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Resolução nº 07/2024 do AMVAP SAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

11.1. Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº xx/2026 – Pregão Eletrônico nº xx/2026 que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

11.2. Os casos omissos serão dirimidos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos regulamentos do AMVAP SAÚDE, nos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

1. Fica eleito o foro da Comarca de Uberlândia-MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

2. E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Uberlândia-MG, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

Nome: _____
CPF / Matrícula: _____

Nome: _____
CPF / Matrícula: _____

CONTRATADA

Ass.: _____

Ass.: _____

EM BRANCO